

PAC: instalação de projetos depende de ajustes regulatórios, avaliam agentes

Agentes vêem avanços com implantação do programa, mas sugerem mudanças nos campos ambiental, regulatório e tributário para atrair investimentos

Fábio Couto
Brasília

A implantação de projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento não será suficiente para assegurar a expansão da oferta de energia no país diante das metas propostas pelo governo, se não houver ajustes em aspectos regulatórios e de negócios do mercado. A avaliação feita pelos agentes do setor aponta para a necessidade de solução dos entraves que ainda permanecem no mercado de energia elétrica como forma de garantir a atratividade de investimentos.

O tema esteve em discussão na última terça-feira, 22 de maio, durante o "Fórum Programa de Aceleração do Crescimento - Perspectivas, Visões e Desafios na Visão dos Agentes do Setor Elétrico", em Brasília, há exatos quatro meses após o lançamento do programa. O PAC prevê aplicação de R\$ 274,8 bilhões em investimentos no setor energético entre 2007 e 2010, e a instalação de pouco mais de 12,3 mil MW ao parque gerador nacional. Durante o fórum foi relançada a Frente Parlamentar em Defesa da Infra-Estrutura Nacional, que será presidida pelo deputado Fernando Sciarra (DEM-PR).

Na avaliação do presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução em Energia Elétrica, Mário Menel, a questão ambiental é um dos pontos que ainda precisam de atenção especial. O executivo lembrou que enquanto há intenso debate sobre usinas como o complexo hidrelétrico do Rio Madeira (RO, 6.450,4 MW), empreendimentos como Santa Isabel (TO/PA, 1.087 MW) continuam sem definição.

O empreendimento possui o mesmo porte da hidrelétrica de Estreito (TO/MA, 1.087 MW), porém, impasses ambientais levaram os sócios do consórcio (Vale do Rio Doce, Votorantim Cimentos, Alcoa Alumínio, Camargo Corrêa e BHP Billington) a propor a devolução da concessão da usina.

Segundo Menel, o governo não aceitou a outorga de volta, ao mesmo tempo em que os empreendedores seguem sem definição sobre o aproveitamento. Ele acredita que é possível avançar em temas como a definição de regras para os custos de transmissão - como a isenção para cargas conectadas na barra da usina - e a definição do marco legal para as agências reguladoras.

No que diz respeito à questão ambiental, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Jerson Kelman, ratificou a necessidade de ajustes no

processo de licenciamento. Para ele, a atribuição de realizar estudos deve ficar a cargo do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.

Já no tocante ao peso de encargos e tributos na conta de energia elétrica, o vice-presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia Elétrica e de Consumidores Livres, Antônio Fernando Inácio Sousa, destacou a elevação de 150% na tarifa do consumidor industrial, contra 60% do IGP-M e de 45% do IPCA - índices de inflação.

Um dos motivos, aponta o executivo, é a elevação das tarifas de uso dos sistemas de distribuição para as indústrias em percentuais da ordem de 160%, também entre 2001 e 2006. Na avaliação da entidade, uma das formas de reduzir os impactos é a abertura da estrutura tarifária do encargo para a distribuição, do mesmo modo que começou a ser feito com o setor de transmissão.

Ainda de acordo com Sousa, a previsão da elevação da Tarifa de Energia Hidráulica Equivalente (TEH) é de R\$ 81,68 por MWh em 2010 - contra os R\$ 55,45 por MWh previstos para este ano. No evento, a diretora-executiva da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica, Sílvia Calou, afirmou que está em fase de finalização a proposta de reforma tributária para o setor, elaborada pela ABCE e pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

Apesar dos entraves que ainda existem nesse campo, o presidente do conselho de administração da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica, Luiz Fernando Vianna, observou que a desoneração fiscal de usinas incluídas no PAC reduzirá em 8% o custo de instalação desses empreendimentos. A desoneração aconteceu com a isenção de PIS/Cofins concedida pelo governo para os empreendimentos listados pelo programa.

Já Menel, da Abiape, salientou que os benefícios relativos a encargos setoriais para autoprodutores organizados em sociedades de propósito específico e a postergação do início do pagamento de Uso do Bem Público são avanços que o PAC trouxe para o segmento e que podem estimular o retorno dos autoprodutores à geração. As iniciativas foram dois dos seis artigos da Medida Provisória 351/2007, que atendem o setor, que foi aprovada na última terça-feira, 22 de maio.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica, Paulo Pedrosa, a expansão da oferta, em especial para o mercado livre, passa pela busca de novas opções de financiamento, como a adesão ao mercado de capitais, por meio de oferta de ações e títulos de dívida. Para isso, Pedrosa defende a regulamentação desse mercado para o setor elétrico.

PAC: instalação de projetos depende de ajustes regulatórios, avaliam agentes. In: **Canal Energia**, Negócios, Mídia Online, 23 junho.2007.